

Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

Geographic obsessions: travel, conflict and knowledge in the Geographical Society of Rio de Janeiro

SERGIO NUNES PEREIRA

Universidade Federal Fluminense - UFF

RESUMO: O papel das sociedades geográficas na conformação e legitimação de saberes sobre 'regiões desconhecidas' (na perspectiva ocidental) não foi ainda suficientemente avaliado no campo da história das ciências. Com este artigo, objetiva-se uma contribuição nesse sentido. Para tanto, são examinadas as representações e práticas de exploração cultivadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), no final do século XIX, com especial ênfase em uma controvérsia estabelecida sobre o rio Xingu, envolvendo o viajante alemão Karl von den Steinen e o redator da Revista da SGRJ, Francisco Antonio Pimenta Bueno.

Palavras-chave: sociedades geográficas; viajantes; exploração; modelos de conhecimento.

ABSTRACT: The role of geographical societies in shaping and legitimising knowledge of "unknown regions" (according to Western perspective) hasn't been sufficiently studied in the field of History of Science. This article aims to contribute in this sense and will examine the representations and the practices of exploration developed at the Geographical Society of Rio de Janeiro (SGRJ) in the late nineteenth century, with special emphasis on the Xingu River controversy involving the German traveller Karl von den Steinen and the SGRJ journal editor, Francisco Antonio Pimenta Bueno.

Key words: geographical societies; travellers; exploration; models of knowledge

Introdução

Pretende-se, com este trabalho, examinar os vínculos entre viagens de exploração, modelos de conhecimento e autonomização do saber geográfico, tendo como referência a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), fundada em 1883 na então capital do Império. Para tanto, na primeira parte, situa-se a problemática das sociedades geográficas no contexto brasileiro, visando a esclarecer as circunstâncias históricas que deram origem às duas instituições de âmbito nacional que podem ser enquadradas nessa categoria: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a própria Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), separadas no tempo por quase meio século. Em seguida, examina-se a atenção dispensada ao tema da exploração na segunda instituição, tomando como indicadores as iniciativas e debates travados em seu interior. Na terceira parte, esboçam-se algumas breves considerações sobre os efeitos de tais debates nos conteúdos e na dinâmica de produção do saber geográfico no Brasil, durante o período considerado.

Sociedades geográficas no Brasil: algumas especificidades

Durante o século XIX ganhavam corpo na Europa iniciativas de reconhecimento de territórios de além-mar, na forma de expedições militares ou viagens de estudo organizadas por associações científicas e comerciais. Entre estas merecem destaque as sociedades geográficas, formadas a partir da década de 1820 e especialmente prolíferas entre 1870 e 1890, no início da era imperialista¹. Atuando como centros de intercâmbio científico e incentivo à exploração, elas contribuíram para cobrir os vazios de informação sobre o mundo e fornecer elementos para sua reconfiguração no plano representacional².

O surgimento de sociedades desse tipo em regiões do planeta identificadas pelo olhar europeu como objeto de ações de exploração constitui, em si mesmo, um fato merecedor de atenção. A coexistência de duas delas em um mesmo país, como no Brasil, é outro dado interessante que vem acentuar o aspecto assinalado. O IHGB foi fundado em 1838, com a missão de construir as bases da identidade política, social e territorial do Império. Já a SGRJ veio a ser organizada em um momento de crise do poder imperial e crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial, quando a geografia, nas palavras de lord Curzon (presidente da *Royal Geographical Society* e alto funcionário do governo britânico), havia se convertido na “mais cosmopolita de todas as ciências”³. Há, portanto, diferenças contextuais significativas no marco original das duas instituições, que se fizeram sentir nas estratégias e projetos por elas desenvolvidos. Examinemos, portanto, tais elementos.

A partir da Independência, a extensão de um domínio territorial em grande parte ‘desconhecido’ e os riscos de sua fragmentação política, somados à ausência de uma história oficial capaz de selecionar elementos do passado que alimentassem uma idéia nacional, eram percebidos com preocupação por um Estado nascente como o brasileiro, que buscava definir uma identidade própria capaz de orientar sua atuação tanto no plano interno como externo⁴. Para a conformação dessa identidade foram convocadas diversas áreas do conhecimento e da produção intelectual⁵, dando origem, no começo do Império, a órgãos de cultura oficiais, criados com a missão política de tornar mais objetiva e palpável a noção abstrata de pátria, ou seja, para “desenhar-lhe um rosto [...], moldar sua imagem de realidade”⁶. Entre esses órgãos cabe ressaltar o IHGB, que, mais do que qualquer outro, simbolizou a institucionalização de um lugar de saber onde a idéia de Brasil – constituída por sua história e sua geografia – fosse possível.

Se consideramos esse caso, a origem das sociedades geográficas em nosso país vincula-se estreitamente ao processo de formação do Estado nacional, que, a exemplo de outros lugares, exigiu um rompimento simbólico com o passado e a mobilização de esforços para se delinear a gênese da nacionalidade brasileira⁷. Com o IHGB, a nação recém-independente passava a contar com uma instituição destinada a escrever sua história, fundar suas tradições, produzir datas a comemorar e símbolos a enaltecer⁸. Vale lembrar que não se tratava somente de construir uma imagem de Brasil, mas também de torná-la homogênea no interior do segmento social dominante, que a transmitiria, por sua vez, ao conjunto da sociedade⁹. Essa elite esclarecida, ao mesmo tempo em que constituía os quadros do aparelho governamental, também freqüentava o Instituto¹⁰, no âmbito do qual era socializada nos ‘valores nacionais’.

O IHGB contava em sua origem com 50 membros ordinários, divididos igualmente entre as seções de história e geografia. De acordo com os estatutos então aprovados, caberia a ele coletar, organizar e arquivar documentos pertinentes à história e à geografia do Brasil, além de incentivar o seu estudo no ensino público¹¹. Em que pese a dupla referência, o Instituto estava comprometido sobretudo com a construção de uma *história nacional*¹², projeto este que, em razão de seus pressupostos e objetivos, contribuía para consolidar uma tradição historiográfica documental, descritiva e classificatória, tributária da Ilustração.

O conhecimento geográfico do país constituía um dos suportes dessa *história nacional*, dando mostras do valor simbólico conferido ao território e à natureza nas representações sobre a nação¹³. Na perspectiva do Instituto – e em conformidade com um modelo estabelecido em fins do século XVIII –, a geografia era necessária sobretudo para o entendimento da história, subordinando-se a esta como disciplina auxiliar. Quando não orientados para cartografia e questões de limites¹⁴, os trabalhos de cunho geográfico convergiam quase sempre para duas direções: as corografias ou notícias de províncias/capitanias e os roteiros de viagens e explorações. Convém observar que esses temas inscreviam-se também no domínio dos estudos históricos, o que torna relativamente inócua a preocupação de certos estudos em distinguir, na produção do Instituto, conteúdos correspondentes à história e à geografia¹⁵. Tal distinção não parecia fazer muito sentido no projeto acalentado no âmbito do IHGB, que entrelaçava de fato a problemática de constituição da nação com a definição de sua identidade físico-geográfica¹⁶. História e geografia eram, portanto, interdependentes e complementares, constituindo “dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado”¹⁷.

A partir de 1850, com a consolidação do poder monárquico e a centralização daí decorrente, o Estado brasileiro passa a incorporar o interior do país no centro de suas preocupações e políticas, motivado por razões de defesa e expansão agrícola. Os efeitos dessa nova conjuntura sobre o Instituto fizeram-se sentir sobretudo por meio do interesse em dar prioridade à realização de trabalhos inéditos nas áreas do conhecimento que lhe competia – história, geografia e, a essa altura, etnografia¹⁸. Não obstante a vontade de direcionar a produção intelectual de modo a que acompanhasse os planos de interiorização vislumbrados, a ênfase documental e colecionista do IHGB manteve-se ainda bastante presente (e de certa forma dominante) durante toda a segunda metade do século XIX. Tal ênfase se manifestava, por exemplo, nas numerosas corografias, memórias de viagem e roteiros de navegação publicados na revista do Instituto a partir de documentos da época colonial. Longe de constituírem um exercício anacrônico, tais transcrições apresentavam uma funcionalidade política no momento histórico de sua publicação, ao estabelecerem um nexo de continuidade entre o presente e o passado, construído sobre a base territorial da nação.

O IHGB cumpria, portanto, um papel destacado na configuração da ordem imperial. Mantendo estreitos laços de lealdade com o Estado, de quem recebia donativos essenciais para seu funcionamento¹⁹, esmerava-se o Instituto em oferecer sua contrapartida na forma de serviço à nação. E isso significava construir uma história oficial e fundamentar a ‘unidade nacional’ (ou seja, a integridade territorial do Brasil). Os resultados dessa ação programática nos planos político e cognitivo estavam estreitamente associados. Da mesma maneira que atendia às demandas de representação patriótica do aparelho estatal, o IHGB conformava um determinado modelo de conhecimento cujas características, aqui sumariamente delineadas, atuavam no sentido de fornecer os elementos constitutivos daquela representação.

Cabe perguntar, a essa altura, até quando tal modelo seria capaz de se manter sem perder sua funcionalidade, tendo em vista certas transformações verificadas nas últimas décadas do século XIX, em âmbito externo e interno. Com efeito, nesse período, ao mesmo tempo em que se operava uma significativa reconfiguração dos campos do saber nos centros culturais europeus (decorrente da valorização da ciência experimental), ganhava corpo no Brasil um projeto de redefinição da identidade nacional, baseado no que Lia Osório Machado caracterizou como “rejeição do passado-presente” [escravista] e busca de um rápido enquadramento do país no “conjunto das nações ‘progressistas’ [industrializadas]”²⁰. Isso não significava dizer que o ideal de civilização cultivado pela elite brasileira tivesse perdido sua validade, mas apenas conhecido uma atualização. Inserir o Brasil no “mundo civilizado” consistia agora em colocá-lo nos trilhos da modernidade econômica, segundo o padrão ocidental.

Tratava-se realmente de um novo momento, favorável à acolhida de concepções universalistas e

cientificistas²¹ e particularmente fértil no que se refere à criação ou reformulação de espaços institucionais dedicados à atividade científica²². Como lembra oportunamente Silvia Figuerôa²³, essa mobilização em torno da ciência não se verificava apenas no âmbito dos empreendimentos estatais, podendo também ser constatada por intermédio de estruturas menos formais e iniciativas voluntárias das mais variadas, como conferências populares²⁴, clubes acadêmicos surgidos na Escola Militar²⁵ e associações de caráter científico, das quais a sociedade de geografia criada no Rio de Janeiro constitui um bom exemplo.

Em meio a tais mudanças, o surgimento da última instituição suscita questões particulares. Em franco contraste com a situação de crise em que havia mergulhado em meados do século XIX²⁶, a geografia conhecia agora, com o cientificismo em voga, uma oportunidade de renovação. Antes mesmo que se consolidassem os primeiros modelos científicos moldados na Academia, por intermédio de Richthofen e Ratzel, uma nova concepção dessa área do conhecimento começava a afirmar-se, alimentada pela onda de progresso material e científico desencadeada nas últimas décadas do século, cuja propagação supunha-se ilimitada. O impacto da técnica na reconfiguração do planeta, fosse ele real ou virtual, conferia vigor e sentido aos estudos geográficos, como fica patente no primeiro editorial do Boletim da SGRJ:

[...] o domínio da geografia, por muitos anos, não passou de alguns adeptos: somente quando a corrente das pesquisas científicas arrastou o gênero humano aos estudos mais transcendentais, quando a realização dos melhoramentos materiais da viação, do telégrafo e das máquinas destruiu os embaraços que dificultavam em grande parte o progresso, então surgiu com verdadeira eficácia o justo entusiasmo pelo conhecimento profundo da Terra²⁷.

Nesse cenário, compreende-se que a geografia possa ter adquirido uma dignidade que lhe permitisse superar sua condição subalterna (em relação à história, sobretudo) e renovar fórmulas antigas, como aquelas que a identificavam com a crônica dos viajantes ou a descrição enciclopédica de países. Em tal perspectiva, ela era vista como um saber comprometido com a atualidade e irmanado às “ciências afins” (como a geologia e a oceanografia), mais capacitado que qualquer outro para documentar a marcha do progresso na superfície da Terra. Como exemplo, leia-se um trecho do Noticiário da Revista da SGRJ, não por acaso intitulado *O progresso da geografia*: “Há dois anos dizia M. Charmes, num relatório [...] ao Ministro da Instrução Pública da França, que a geografia é atualmente a mais cultivada de todas as ciências, e representa hoje o mesmo papel que a história em 1834. O número das sociedades [geográficas] aumenta constantemente, e de ano para ano colhem-se informações e documentos preciosos”²⁸.

A ressignificação da geografia que aqui se pretende destacar pode ser verificada, entre outras evidências, por meio de sua autonomização como campo do conhecimento. Apresentando-se como instâncias legitimadoras e centros aglutinadores de interesses diversos, as sociedades geográficas formadas no período tiveram um papel fundamental nesse processo, constituindo, algumas vezes, espaços institucionais alternativos aos anteriormente existentes. Este parece ser o caso da SGRJ. Em alusão explícita ao IHGB – criticado, ainda que cordialmente, por sua concentração nos estudos históricos – e à seção da Sociedade de Geografia de Lisboa sediada no Rio de Janeiro – descartada por ser estrangeira –, os mentores da nova instituição justificaram sua origem “a fim de [se] preencher a lacuna, há muito tempo sentida, de uma sociedade nacional, que tome a seu cargo o estudo, a discussão, investigações e explorações científicas da geografia nos seus diferentes ramos [...], progressos e aplicações; e com especialidade o estudo e conhecimento dos fatos, e documentos concernentes à geografia do Brasil”²⁹.

A exploração na SGRJ: representações e práticas

Assemelhada ao IHGB quanto aos objetivos gerais e formato institucional, a SGRJ, no entanto, iria apresentar aspectos inovadores no que se refere a formas de atuação e programas de conhecimento. Tais inovações podem ser observadas a partir das concepções e práticas de exploração desenvolvidas na instituição, que constituíram sua principal preocupação no final do século XIX³⁰. A título de exemplo, dois episódios relacionados ao tema são examinados a seguir. O primeiro, retratado de forma bastante sucinta, corresponde ao envio de uma comissão de exploradores à ‘região desconhecida de Mato Grosso’, por parte da SGRJ. O segundo consiste na controvérsia entre um viajante alemão e um dos membros mais ativos da instituição acerca da exploração do rio Xingu, que, por remeter a questões interessantes sobre a conformação do saber produzido e legitimado nas sociedades geográficas, merecerá algumas considerações adicionais no final deste artigo, a pretexto de conclusão.

Localizada no norte da Província, a ‘região desconhecida de Mato Grosso’ era assim chamada pela enorme incerteza existente acerca de sua hidrografia. A carta da antiga capitania de Mato Grosso (1790) e o *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes de Almeida (1868), apresentavam divergências consideráveis quanto à origem, curso e nomes dos rios considerados formadores do rio Tapajós, afluente do Amazonas. Havia dúvidas, naquela época, se tais rios confluíam para o Tapajós ou para o Xingu; se ao mesmo rio correspondiam diferentes nomes e sobre a hierarquia existente entre eles. Somando-se aos mapas referidos alguns relatos dispersos, reinava, enfim, uma “confusão babélica”, um “amontoado de informações incompletas e contraditórias”³¹, situação esta que configurava, nos termos da SGRJ, o ‘problema geográfico’ a ser resolvido. Daí que ela pretendesse fazê-lo, enviando exploradores brasileiros para “irem ao próprio terreno e certificarem-se da verdade”³².

A julgar pelo que se pode ler na Revista da SGRJ, nada foi deixado ao improvisado. A SGRJ encaminhou ao engenheiro militar que chefiava a expedição, o capitão Telles Pires, um ofício com indicações precisas sobre roteiro, prazo e objetivos. Partindo de Cuiabá, os expedicionários deveriam atingir por terra os rios Piava e São Manoel e explorar todos os seus afluentes, determinando suas coordenadas geográficas e as altitudes dos saltos e cachoeiras que possuíssem. Além do reconhecimento dos rios, estava incluída nos objetivos da expedição exploradora a realização de estudos sobre a ‘região desconhecida’, para os quais a SGRJ, com ajuda de outras instituições – o Museu Nacional, a Repartição Hidrográfica e a Repartição Central Meteorológica do Império – definira instruções minuciosas, distribuídas em sete áreas temáticas: 1) geografia; 2) história natural; 3) antropologia e etnologia; 4) zoologia; 5) botânica; 6) geologia; e 7) meteorologia e magnetismo.

Apesar de a maior parte desses estudos não ter sido realizada, em virtude do desfecho trágico da iniciativa³³, sua preparação metódica dá mostras da pretensão da SGRJ em levar a cabo uma expedição científica nas profundezas do Brasil. Não há razão para desdenhá-la nesse sentido, tendo em vista os trabalhos especializados que deveriam ser efetivados dentro de cada área temática, segundo as instruções referidas. Uma relação resumida desses trabalhos oferece um panorama do leque de assuntos a ser coberto no ato de exploração: levantamento das posições geográficas referentes a trechos e acidentes dos rios; sondagens transversais e determinação da velocidade de suas águas; nivelamentos barométricos; medições meteorológicas e magnéticas; medição de dados antropométricos das populações nativas; observação dos traços físicos e culturais dessas populações; observação sobre o uso das línguas e dos diversos dialetos; organização de coleções mineralógicas, zoológicas, botânicas e de artefatos indígenas³⁴.

Em que pese o interesse atribuído a esses estudos, “cuja execução constitu[ia] completo

desempenho da missão”³⁵, não se deve perder de vista que o objetivo central da expedição era a solução do ‘problema geográfico’ referido. Nessa perspectiva, a exploração efetiva dos rios e a determinação astronômica de certos pontos de seu curso assumiam prioridade frente a qualquer outro trabalho, pois forneciam a base para o levantamento geral da região considerada. O caso evidencia, acima de tudo, uma obsessão pela *geografia exata*, que imprimiria o tom das discussões sobre exploração realizadas na SGRJ no período considerado.

O episódio da ‘região desconhecida de Mato Grosso’ constitui, no entanto, uma exceção. Em geral, a SGRJ não organizava diretamente explorações, mas atuava como fórum onde os exploradores apresentavam os resultados de suas incursões e eram homenageados. Assim ocorreu com o viajante alemão Karl von den Steinen, etnólogo com formação em medicina, que realizou viagens ao rio Xingu em 1884 e 1887-88³⁶. Após o término de sua primeira viagem, o explorador comparece à SGRJ para proferir uma conferência, em sessão solene presenciada pelo Imperador Pedro II. Na ocasião, conta que ingressou na região das cabeceiras do Xingu por terra, atravessando os sertões. Este seria o caminho inverso dos antigos viajantes, que, segundo ele, teriam penetrado no rio pela foz, no Amazonas, mas sem conseguir ultrapassar a latitude de 4°. Apoiando-se nesse argumento, von den Steinen ressalta o estado de desconhecimento, e mesmo de esquecimento, do Xingu: “esse coitado! Igual em tamanho ao Tapajós, é como que o enteado da geografia”³⁷. A tese do esquecimento, evidentemente, conferia um suposto pioneirismo à sua própria iniciativa.

O relato de Karl von den Steinen sobre a travessia do sertão e a navegação pelos rios não se afasta do modelo clássico dos viajantes do século XIX, contendo o itinerário percorrido, referências às dificuldades encontradas (sobretudo na navegação) e balanço das descobertas que puderam ser realizadas. Sua descrição um tanto superficial da vegetação, morfologia, fauna e condições climáticas contrasta visivelmente com a riqueza de informações sobre as tribos indígenas e sua localização ao longo do Xingu³⁸. Tratando destas em separado, von den Steinen anota várias observações acerca de seus costumes, temperamento, linguagem, vestuário (ou a falta dele) e instrumentos³⁹. O principal interesse do explorador-cientista era sem dúvida a etnologia⁴⁰, como ficaria ainda mais evidente em outras ocasiões em que ele comparece à SGRJ⁴¹.

Não havia nenhuma incompatibilidade entre esse interesse e os assuntos tratados pela SGRJ, que concedeu espaço a von den Steinen para novas conferências e noticiou com orgulho sua ida a um Congresso de Americanistas em Berlim, a fim de apresentar ali “o homem da idade da pedra que encontrou nas brenhas do Brasil”⁴². Mas o trabalho do viajante alemão era avaliado também a partir de outras expectativas alimentadas na instituição, como a preocupação já assinalada com geografia exata. Nesse caso em particular, tratava-se do “magno problema” da localização das nascentes do Xingu, para usar as palavras do barão de Teffé⁴³. Tal expectativa, ao não ser contemplada, daria margem a questionamentos à expedição de von den Steinen por parte de alguns membros da SGRJ.

O principal desses questionamentos partiu da pena de um redator da Revista da SGRJ, Francisco Antonio Pimenta Bueno, que havia escrito um relatório oficial e compilado vasto material cartográfico sobre a província de Mato Grosso. A partir de tal condição, o autor sente-se incentivado a levantar objeções ao explorador alemão quanto à descrição do Xingu e do ‘sertão’, deixando de lado, no entanto, a parte referente às observações etnológicas e a aspectos gerais da viagem, considerados satisfatórios. Sua estratégia, em suma, consiste em inverter a ênfase conferida por von den Steinen, valorizando justamente aquilo que, em sua opinião, havia sido relegado a um plano demasiado genérico pelo explorador: a descrição do rio.

Para fundamentar sua objeção, Pimenta Bueno elabora um longo texto intitulado *Memória sobre*

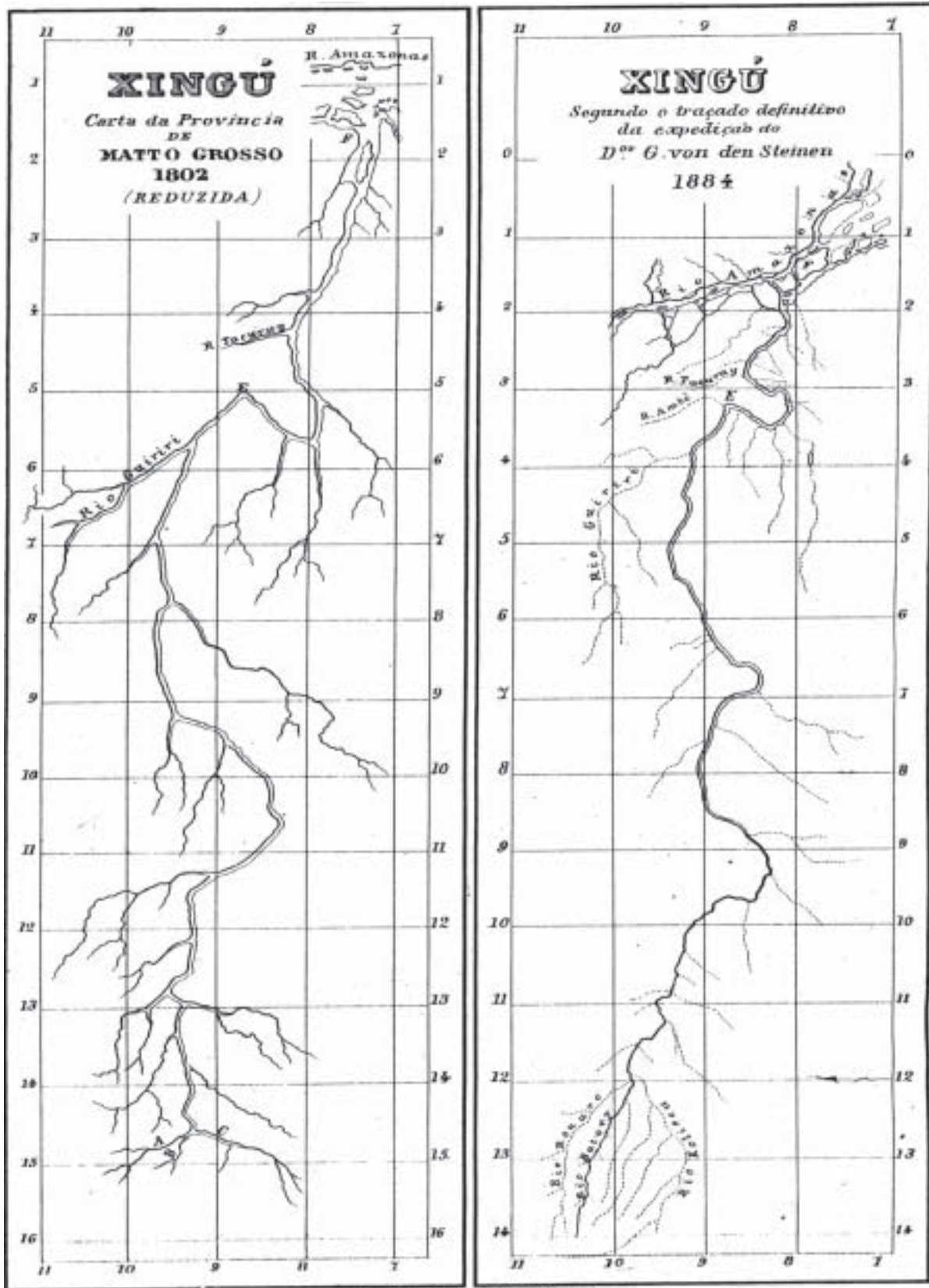
a exploração no rio Xingu⁴⁴, por meio do qual pretende demonstrar que: i) o Xingu teria sido reconhecido em todo o seu curso antes da expedição de von den Steinen; ii) tal expedição não teria chegado a realizar uma exploração definitiva do rio, sendo bastante duvidoso que tenha descoberto suas verdadeiras cabeceiras.

O primeiro ponto, que retiraria o “pioneirismo” alegado pelo viajante alemão, não poderia ser comprovado por documentos, pois estes teriam sido extraviados no tempo, assim como “muitos outros papéis importantes sobre a história e geografia do Brasil”⁴⁵. Haveria, no entanto, referências a viagens ao Xingu, inventariadas pelo autor em um minucioso dossiê⁴⁶; tais viagens teriam deixado ainda seu registro em certos mapas, sendo o mais notável a *Carta Corográfica da Província de Mato Grosso*, elaborada em 1802. Para Pimenta Bueno, o fato de tal carta mostrar o rio em toda sua extensão, com grande semelhança em relação ao plano exposto por von den Steinen (figura 1) deixaria patente a realização de incursões no rio em épocas anteriores.

A semelhança por ele sustentada residiria, em primeiro lugar, no desenho básico do rio e seu desenvolvimento, “com [os] afluentes quase no mesmo número e ordem em que deságuam pelas duas margens do rio principal”⁴⁷; além disso, os planos elaborados pelos exploradores modernos e antigos estariam ainda de “completo acordo”⁴⁸ sobre as cabeceiras do Xingu, assinaladas quase na mesma latitude e constituídas por três rios. Por outro lado, Pimenta Bueno não se furta a reconhecer duas diferenças consideráveis entre os planos: a discordância sobre o ponto de confluência dos formadores do Xingu (12° versus 14°30’) e a representação do baixo curso do rio, de sua curva característica até a foz.

A primeira diferença tinha sua explicação no fato de os antigos exploradores – no caso, “homens simplesmente práticos das viagens de sertão”⁴⁹ – não terem levantado as posições geográficas como o fez a expedição alemã, mas apenas determinado os rumos no reconhecimento do rio. Quanto à segunda diferença, Pimenta Bueno não faz qualquer reparo aos antigos exploradores; recorda, porém, que von den Steinen afirmou ter contornado por terra a grande curva do rio (seu trecho mais encachoeirado), fato esse que, se não empalidece o valor da expedição, ao menos deixa uma margem de dúvida quanto à exatidão do trabalho de reconhecimento por ela realizado.

Dúvida semelhante também se faria sentir com relação às cabeceiras do Xingu, de forma ainda mais acentuada. Debruçando-se sobre o relato de Karl von den Steinen, o redator da Revista da SGRJ coloca em evidência a incerteza do viajante alemão sobre a descoberta das referidas cabeceiras, expresso em certos trechos de sua conferência. Na passagem que alude mais diretamente ao tema, consta a informação de que os membros da expedição, no dia 9 de julho, avistaram à distância um vale cheio de cabeceiras, mas não se arriscaram a dizer a que rio(s) pertenciam. Cinco dias depois atravessaram um terreno no qual “não podiam descobrir um divisor distinto das águas”⁵⁰. E, por fim, foram dar num rio desconhecido no qual embarcaram, o qual não sabiam onde iria desaguar⁵¹. Compreende-se que tanta incerteza não causasse boa impressão em homens obcecados pela geografia exata. Daí que nesse aspecto em particular, para tais homens, a expedição tivesse fracassado.



Lith. Paulo Roberto e C.º Rio de Janeiro.

Fig. 1 – Planos do rio Xingu

Fonte: Revista da SGRJ Tomo III, 2º Boletim, 1887 (anexo ao final do volume)

O questionamento de Pimenta Bueno não ficaria sem resposta por parte de von den Steinen. Em março de 1887, pouco antes de iniciar sua segunda viagem ao Xingu, ele comparece à SGRJ a fim de anunciar os objetivos da nova empreitada e reafirmar os resultados da anterior. Nessa ocasião, apresenta novos mapas em substituição ao plano traçado em 1884, a partir dos quais refuta qualquer analogia com a carta de Mato Grosso de 1802. Para além de reacender a “guerra dos mapas”, essa atitude inaugura uma nova dimensão no debate com Pimenta Bueno. Segundo von den Steinen, “os mapas antigos, feitos sem instrumentos científicos, talvez tenham um valor grande para a história do país; para a geografia não tem nenhum. Quer sejam bons, quer sejam ruins, é preciso viajar, fazer observações e renunciar a construções teóricas”⁵².

O viajante alemão parece ter plena consciência das condições de tempo e lugar em que trava seu duelo retórico, cujo palco é uma sociedade geográfica mergulhada no cientificismo. Daí que ele procure moldar seu discurso valorizando aspectos ligados à contemporaneidade do conhecimento e seu sentido prático, representado pelo trabalho de campo. Já Pimenta Bueno, em sua tréplica, transcreve mais notícias sobre o Xingu em outras épocas, ampliando seu dossiê. Baseado nessas novas fontes, o autor reitera sua opinião de que “não eram infundadas as notícias vagas e antigas, que tínhamos do rio”⁵³.

O conhecimento geográfico: uma centelha entre duas espadas

Um aspecto da controvérsia apresentada que merece ser aprofundado é o da valorização de determinadas formas de conhecimento, em detrimento de outras, nas questões relacionadas à exploração. Recorde-se, mais uma vez, que a estratégia de Pimenta Bueno foi confrontar mapas e organizar um dossiê com notícias antigas que atestassem o reconhecimento prévio do Xingu. Acrescido de algumas considerações críticas, o material compilado formava a memória que o autor designou como uma “averiguação histórica de nossa geografia pátria”⁵⁴. Recorde-se também, por outro lado, a reação de von den Steinen. Esta consistiu em colocar em dúvida a descoberta anterior do rio – “ninguém sabe os nomes dos expedicionários, ninguém conhece o roteiro deles”⁵⁵ –, bem como questionar a utilidade dos mapas antigos e do trabalho de compilação. Há, portanto, nessas posturas diferentes, matéria suficiente para um comentário final sobre o tema.

Vale notar que a versão proposta por von den Steinen para a geografia, pautada na observação direta e na desqualificação do passado como fonte de conhecimento, estaria mais bem afinada com certas expectativas que pesavam sobre esse campo do saber nas últimas décadas do século XIX, destacando-se aí a preocupação em traçar a marcha do progresso e da civilização na superfície terrestre. Mas isso não significa que fosse menos “geográfica” a versão de Pimenta Bueno. Esta se ancorava, sem dúvida, em uma antiga tradição associada ao conhecimento histórico, mas de uma forma que não deve ser vista como simples reedição do modelo do IHGB. Na verdade, nela parecia haver uma inversão na clássica fórmula *geographia ancilla historiae*⁵⁶, pois, no caso, era o registro das experiências do passado que estava sendo posto a serviço do conhecimento da geografia pátria. Tal como no episódio da ‘região desconhecida’ de Mato Grosso, uma obsessão pela geografia exata transparecia em relação às cabeceiras do Xingu, com insistência suficiente para se sobrepor frente a outros enunciados possíveis (o histórico, o etnográfico etc.).

A SGRJ pode então ser vista como um lugar de autonomização do saber geográfico, sem que isso resultasse na produção de um consenso ou de uma versão necessariamente coerente desse saber.

Tratava-se não de uma instituição oficial, nos moldes do IHGB, mas de uma agremiação voluntária movida em princípio por interesses comuns. Na prática, porém, controvérsias como a aqui examinada revelam o quanto as idéias que circulavam no interior da SGRJ podiam ser conflitantes. Essa dimensão das sociedades geográficas vem sendo enfatizada em trabalhos acadêmicos recentes, que, para além das controvérsias propriamente ditas, têm discutido suas implicações nos processos de legitimação “científica” do conhecimento. Nesse sentido, tomam-se aqui como referência as investigações de Felix Driver sobre a *Royal Geographical Society*⁵⁷. Segundo o autor, essa instituição – um modelo quanto à produção e difusão do saber geográfico – deve ser entendida não como um grupo de interesse mas como uma *arena*, idéia que traduz bem sua condição de lugar de disputa, e não de consenso⁵⁸.

O mesmo valeria para a SGRJ. Nenhuma concepção de geografia estava previamente definida em seu âmbito, embora existissem indícios de insatisfação frente a modelos anteriormente estabelecidos. As alternativas, no entanto, estavam abertas. Acredita-se que o embate entre um viajante e um pesquisador de gabinete afeito a documentos antigos, por remeter a diferentes usos da geografia e outros saberes nas ações de exploração, pode trazer alguma luz para a questão. Por meio de tal embate, pode-se perceber o caráter estratégico da produção do conhecimento, descartando hipóteses ingênuas ou demasiado convenientes sobre a origem dos saberes e das disciplinas científicas, dentre as quais a geografia.

Uma dessas hipóteses, ainda hoje bastante arraigada na história do pensamento, é a de que o conhecimento seria inerente ao homem, correspondendo a um de seus mais antigos instintos. Com base em uma reflexão de Nietzsche sobre o tema, Michel Foucault chamou a atenção para a diferença de natureza existente entre o conhecimento e os instintos. Na perspectiva evocada, o conhecimento seria “simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento. [...] Ele é ainda, diz Nietzsche, como ‘uma centelha entre duas espadas’, mas que não é do mesmo ferro que as duas espadas”⁵⁹. Tal caracterização vem ao encontro do que aqui se pretendeu desenvolver. Em lugar de concordâncias e modelos acabados, circunstâncias de confronto definiram os contornos do conhecimento produzido na SGRJ, dando-lhe uma dimensão de contínuo “fazer-se”. Cumprindo essa dinâmica, a instituição operou uma mutação no campo do saber geográfico no Brasil, cujas linhas gerais iriam manter-se até as primeiras décadas do século XX.

Considerações finais

Longe de ser gratuita, a referência a Michel Foucault enseja algumas considerações finais, de ordem metodológica. O artigo aqui apresentado pretende ser uma contribuição à história da geografia no Brasil e, como tal, poderia valer-se de diversas orientações teóricas e identificar-se com diferentes versões historiográficas correntes sobre as origens da geografia no país. Quanto a estas, foram descartadas desde logo as interpretações que conferem um peso excessivo, quando não exclusivo, a uma via universitária de institucionalização dessa área do conhecimento – as “histórias oficiais da geografia científica”, que situam sua formação na década de 1930⁶⁰. Como alternativa a essa construção historiográfica, foi proposta a existência de um âmbito institucional específico onde o saber geográfico era cultivado e desenvolvido muito antes do período mencionado.

A definição desse recorte, por sua vez, motivou a busca de um referencial teórico que potencializasse

a investigação pretendida e, nesse sentido, a escolha recaiu sobre Foucault. Uma justificativa imediata é a legitimação conferida pelo autor à categoria ‘saber’, tantas vezes aqui utilizada. Este não é necessariamente o “rascunho histórico” da ciência, algo destinado a lhe ceder lugar⁶¹. Apresenta, portanto, uma positividade analítica. Afora isso, há outros pontos de identificação que merecem registro. A inspiração advinda de Foucault manifesta-se neste artigo não tanto por meio do uso de noções operacionais por ele sugeridas – tais como recorrência, regularidade etc. – mas na assimilação de sua postura crítica diante da história do conhecimento. Descartando preocupações como cientificidade e normatividade (a verdade instaurada pela ciência), bem como certas noções caras à análise epistemológica convencional (origem, tradição, filiação, influência etc.), o autor nos convida a pensar o fato eminentemente político da produção do conhecimento, chamando a atenção para a correspondência entre formas de saber e formas de poder⁶².

Seu interesse incide sobretudo nas condições de surgimento de um determinado conjunto de enunciados e o peso que adquirem em uma dada época histórica, configurando uma *formação discursiva* – uma figura móvel, exposta a uma constante tensão como resultado de sua convivência com outros discursos⁶³. Como o que está em questão não é a cientificidade e sim a positividade dos discursos, estes recebem o estatuto comum de *representações*. Por intermédio desse recurso, o autor desloca a questão da verdade de seu lugar tradicional (os critérios de *per se*) para um jogo político em que estão envolvidos atores e instituições. Trata-se, portanto, de uma história política da produção dos saberes, que serviu de parâmetro ao que se pretendeu aqui desenvolver.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sergio Nunes Pereira é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e editor da revista Terra Brasilis [snunes@vm.uff.br]. Uma versão preliminar deste artigo foi publicada em BERDOULAY, V. e MENDOZA VARGAS, H. (Eds.). Unidad y diversidad del pensamiento geográfico en el mundo. Retos y perspectivas. México, UNAM – Instituto de Geografía / INEGI, 2003, p. 177-91.

- 1 CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- 2 DRIVER, Felix. *Geography militant: cultures of exploration and empire*. Oxford (UK) / Malden, Mass. (USA), Blackwell, 2001.
- 3 Citado por SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1978]. p. 221.
- 4 GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- 5 ROUANET, Maria Helena. Aquarelas de um Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 100-108, jan.-jun. 1994.
- 6 ROUANET, op. cit., p. 100.
- 7 GUIMARÃES, op. cit.
- 8 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.
- 9 GUIMARÃES, op. cit.
- 10 Dos 27 sócios fundadores do IHGB, 22 pertenciam ao estrato superior da administração pública, muitos dos quais ocupando posições de grande importância, como conselheiros de Estado, desembargadores, senadores e outros cargos (SCHWARCZ, op. cit., p. 7-8).
- 11 ZUSMAN, Perla Brígida. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. 1996, 209 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PROLAM (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 94.
- 12 GUIMARÃES, op. cit.
- 13 MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-177, 1991; DOMINGUES, Heloisa Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 41-59, 2. sem. 1996.
- 14 A produção do Instituto ganhava forma justamente em um período em que os limites do Império brasileiro eram discutidos com os países vizinhos, o que demandava, além da ação diplomática, um conhecimento acerca desses espaços limítrofes, a fim de fundamentar-lhes a soberania (ZUSMAN, op. cit., p. 101). O IHGB atuava no

- sentido de organizar um acervo documental que fornecesse subsídios a tais discussões, compilando informações sobre as áreas em questão a partir da cartografia e da exploração.
- 15 Alguns estudos ressaltam a desproporção entre artigos de história e de geografia na Revista do IHGB, apontando para uma maior ênfase nos primeiros e o caráter mais eventual, pragmático e instrumental dos segundos. SCHWARCZ, op. cit., p. 22; VLACH, Vânia. *A propósito do ensino da geografia*: em questão, o nacionalismo patriótico. 1988. 206p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988, p. 112. Não havendo uma divisão explícita na Revista, o que ao menos permitiria uma inferência quanto à construção dos recortes *histórico* e *geográfico*, tais estudos se utilizam de classificações anteriores, como as realizadas em 1953 por R. E. Proppino (no caso de Schwarcz) e em 1947 por Christovam Leite de Castro (no caso de Vlach). São assim estimados em 18% e 25%, respectivamente, os trabalhos de geografia existentes nas páginas da Revista do IHGB.
 - 16 GUIMARÃES, op. cit., p. 23.
 - 17 GUIMARÃES, op. cit., p. 14.
 - 18 Em 1847 foi criada no IHGB uma terceira sessão de estudos: a Comissão de Etnografia e Arqueologia Indígena (DOMINGUES, op. cit., p. 43). Tal interesse iria justificar posteriormente (1859) a incorporação do qualificativo *etnográfico* no nome da instituição, conservado até 1887 (GUIMARÃES, op. cit., p. 10).
 - 19 SCHWARCZ, op. cit.
 - 20 MACHADO, Lia. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-353.
 - 21 MACHADO, op. cit.: DANTES, Maria Amélia. Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX. In: LAFUENTE, A. et al. (Orgs.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles / Ediciones de la UAM, 1993. p. 377-389.
 - 22 Como exemplos podem ser mencionados o Observatório Astronômico e o Museu Nacional de História Natural, reformulados em moldes científicos a partir de 1871 (DANTES, op. cit.), bem como alguns espaços institucionais criados com o objetivo de amparar o projeto imperial de modernização administrativo-econômica (PETITJEAN, P. Scientific relations as a crossing of supplies and demands of science: franco-brasilian cases, 1870-1940. In: LAFUENTE, op. cit., p. 635-649), como a Escola Politécnica, criada em 1874; a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875; e a Comissão Geológica do Império, adjunta ao Museu Nacional entre 1875 e 1877.
 - 2 FIGUERÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.
 - 24 FONSECA, Maria Rachel Frôes da. As "conferências populares da Glória": a divulgação do saber científico. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, nov. 1995 – fev. 1996.
 - 25 O cientificismo difundiu-se também nas escolas de direito e medicina, mas não no mesmo nível que na Academia Militar. Nesta, além de hegemônico, ele atuava como elemento constitutivo da identidade social dos aspirantes, que denominavam sua escola de "Tabernáculo da Ciência". CASTRO, Celso. *Os militares e a república*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 52-54.
 - 26 CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. *Geo-Crítica*. Barcelona, n. 8-9, p. 1-58, marzo-mayo 1977.
 - 27 SGRJ. Introdução. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. I, n. 1, p. 6, 1. trim. 1885.
 - 28 SGRJ. O progresso da geografia. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. II, p. 42-43, 1. Boletim, 1886.
 - 29 SGRJ. Introdução. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. I, n. 1, p. 4, 1. trim. 1885.
 - 30 Entre 1885 e 1900, os artigos sobre exploração e viagens (incluindo navegação interior e ferrovias auxiliares) ocuparam 36% das páginas do Boletim/Revista da SGRJ, correspondendo, de longe, ao tema mais frequente da publicação. Em segundo lugar, vinham os editoriais, atas, correspondência etc. (16,3%) e, em seguida, o Noticiário (9,7%), onde, às vezes, também constavam notícias sobre exploração.
 - 31 SGRJ. Exploradores brasileiros. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. IV, p. 126, 2. Boletim, 1888.
 - 32 *Ibidem*, p. 121.
 - 33 Sem notícia por muitos meses dos exploradores, a SGRJ solicitou o auxílio de diversas autoridades no sentido de procurá-los. O grupo foi encontrado à mingua e reduzido a sete pessoas, havendo falecido por febre ou afogamento o capitão Telles Pires e mais 21 dos membros da expedição.
 - 34 SGRJ. Exploradores brasileiros. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. IV, p. 122-24, 2. Boletim, 1888.
 - 35 *Ibidem*, p. 122.
 - 36 Karl von den Steinen chefou as duas expedições. Na primeira, fez-se acompanhar de seu primo, Wilhem von den Steinen (ilustrador), e de Othon Clauss (astrônomo-geógrafo); na segunda, além de seu primo, estiveram presentes Paul Ehrenreich (etnólogo e fotógrafo) e Peter Vogel (matemático).
 - 37 SGRJ. Exploração do rio Xingu e homenagem tributada aos exploradores. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. I, n. 1, p. 64, 1. trim. 1885.
 - 38 *Ibidem*, p. 69-71.
 - 39 *Ibidem*, p. 72-74.
 - 40 Karl von den Steinen estava convencido que os índios das cabeceiras do Xingu encontravam-se ainda na Idade da Pedra, fato em si já excepcional. Ele acreditava que os grupos ali existentes formavam um conjunto representativo das principais famílias indígenas espalhadas pelo continente sul-americano e Caribe. E mais: o explorador alemão trabalhava com a hipótese de ser o Xingu, situado no 'coração da América do Sul', um núcleo original da dispersão populacional indígena pelo continente. Baseando-se em estudos lingüísticos, ele havia desenvolvido um sistema classificatório que lhe permitia testar sua hipótese e pretendia aprimorá-lo com novas observações etnológicas.
 - 41 STEINEN, Karl von den. Observações do Dr. Carlos von den Steinen sobre a exploração do rio Xingu, em sessão de 8 de março de 1887. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. III, p. 95-97, 2. Boletim, 1887; STEINEN, Karl von den. O rio Xingu. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. IV, p. 189-212, 3. Boletim, 1888.
 - 42 SGRJ. Noticiário. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. IV, p. 131, 2. Boletim, 1888.
 - 43 SGRJ. Exploração do rio Xingu e homenagem tributada aos exploradores. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. I, n. 1, p. 63, 1. trim. 1885.
 - 44 BUENO, Francisco Antonio Pimenta. Memória sobre a exploração do rio Xingu. *Boletim da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. I, n. 3, p. 233-258, 3. trim. 1885.
 - 45 *Ibidem*, p. 238.
 - 46 Pimenta Bueno apresenta no final de seu texto um dossiê com várias notícias antigas sobre o Xingu, mostrando as informações que se tinha do rio em épocas anteriores.
 - 47 *Ibidem*, p. 239.
 - 48 *Ibidem*, p. 240.
 - 49 *Ibidem*, p. 239.
 - 50 *Ibidem*, p. 243.
 - 51 *Ibidem*, p. 243.
 - 52 STEINEN, Karl von den. Observações do Dr. Carlos von den Steinen sobre a exploração do rio Xingu, em sessão de 8 de março de 1887. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. III, p. 95-96, 2. Boletim, 1887.
 - 53 BUENO, Francisco Antonio Pimenta. Considerações sobre a exploração do rio Xingu

em resposta às observações do Sr. Dr. Carlos von den Steinen, pelo Sr. Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno, em sessão de 29 de março de 1887. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. III, p. 100, 2. Boletim, 1887.

- 54 Ibidem, p. 100.
- 55 STEINEN, Karl von den. Observações do Dr. Carlos von den Steinen sobre a exploração do rio Xingu, em sessão de 8 de março de 1887. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. III, p. 95, 2º Boletim, 1887.
- 56 Literalmente, *geografia serva da história*. A expressão manifesta o papel da geografia como "ciência auxiliar" da história, segundo uma determinada tradição historiográfica.
- 57 DRIVER, Felix. Scientific exploration and the construction of geographical knowledge: hints to travellers. Finisterra. Lisboa, v. XXXIII, n. 65, p. 21-30, 1998; DRIVER, Felix. *Geography militant: cultures of exploration and empire*. Oxford (UK) / Malden, Mass. (USA), Blackwell, 2001.
- 58 Na letra do próprio Driver: "the Royal Geographical Society is far better conceived as an 'arena' than an interest group: a site where competing visions of exploration were debated and put into practice" (op. cit., 1998, p. 28). Ou ainda: "[T]he Society was less a center of calculation than an information exchange, an arena in which different kinds of knowledge were accommodated without necessarily being reconciled. Differences over the nature and purpose of geographical knowledge could give rise to heated controversy, especially where exploration was concerned: the relationship between observation in the field and reflection in the study was particularly fraught with difficulty" (op. cit., 2001, p. 21).
- 59 FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau/PUC-Rio, 1999 [1973], p. 16-17.
- 60 Tais interpretações atravessam épocas e tendências, mas se encontram irmanadas em sua visão evolucionista. A título de exemplo: PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (Org.). *As ciências no Brasil*. V. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1955; SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia* (geografia e ideologia). Petrópolis: Vozes, 1976; MONTEIRO, Carlos Augusto F. (1980). *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia, FFLCH-USP (Série Teses e Monografias n. 37); BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 519-27, jul.-set. 1982; ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987 [a obra apresenta um capítulo sobre a geografia no Brasil].
- 61 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972 [1969].
- 62 FOUCAULT, op. cit., 1973.
- 63 FOUCAULT, op. cit., 1972 [1969]; FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao círculo epistemológico. In: FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971 [1968].